

A CONCEPÇÃO ATUAL DE DESENVOLVIMENTO E O CONSTRUTO INOVAÇÃO SOCIAL

Maria Lúcia Corrêa Neves ¹; Gertrudes Dandolini ²; Francisco Fialho ³.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present a relationship between the concept of development and the social innovation construct. Therefore, an exploratory study of the trajectory of ideas about development was carried out. It was based on two premises: (i) innovation is a correlative idea to the development; (ii) understand the current conception of development. Thus, it is possible to find an alternative explanation for the interest in social innovation as a field of study. In light of what has been found, the following considerations are presented: (i) the social adjective accompanying the substantive innovation, as well as the adjectives that have been incorporated into the substantive development (social, human, sustainable, green, local) are didactic reinforcements, adopted to contribute to overcoming the idea that considers development as synonymous of economic growth and innovation as an aspect relative to market interest; (ii) it is necessary to move forward and avoid the polysemy of the adjectival concepts, which, despite the critical value, does not contribute to the interdisciplinary vision necessary for the advance of knowledge about development and innovation; (iii) the theories and practices developed in the field of knowledge management, by the evolution of overcoming disciplinary barriers and the lessons learned, can contribute to the interdisciplinary debates related to the booth themes in the current context.

Keywords: Development; sustainable development; innovation; social innovation.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa teórica é estabelecer a relação entre os conceitos de “desenvolvimento” e “inovação social”. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório da trajetória das ideias sobre desenvolvimento. Partiu-se de duas premissas: (i) a inovação é uma ideia correlata à abordagem de desenvolvimento; (ii) entendendo a concepção atual sobre desenvolvimento é possível encontrar uma explicação alternativa para o interesse pela inovação social como campo de estudo. A luz do que foi explorado, apresentam-se três considerações: (i) o adjetivo social que acompanha o substantivo inovação, assim como os adjetivos que foram incorporados ao substantivo desenvolvimento (social, humano, sustentável, verde, local, entre outros) são reforços didáticos adotados para contribuir com a superação das ideias de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, e inovação como assunto de interesse exclusivo do mercado; (ii) é necessário avançar e evitar a polissemia dos conceitos adjetivados, que, apesar do valor crítico, não contribui com a visão interdisciplinar necessária para ao avanço do conhecimento sobre desenvolvimento e inovação; (iii) as teorias e práticas desenvolvidas no campo da Gestão do Conhecimento, pela evolução na superação das barreiras disciplinares e lições aprendidas, podem contribuir para os debates interdisciplinares relacionados com os dois temas no contexto atual.

Palavras-chave: Desenvolvimento; desenvolvimento sustentável; inovação; inovação social.

¹ Doutoranda. em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail lucia.c.neves@uol.com.br. Brasil

² Docente no Programa Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail gertrudes.dandolini@ufsc.br. Brasil.

³ Docente no Programa Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fapfialho@gmail.com. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Desenvolvimento já foi visto como sinônimo de crescimento econômico, mas, nas últimas décadas, não obstante esta visão ainda predominar no senso comum, as teorias de desenvolvimento com esta abordagem recebem críticas (Favareto, 2006; Sen, 2010).

Um segmento expressivo de teóricos contemporâneos explica desenvolvimento utilizando abordagens que contrastam com a visão dos pesquisadores que identificavam desenvolvimento com crescimento de indicadores como o produto interno bruto (PIB), rendas dos indivíduos, índice de industrialização e outros correlatos (Sen, 2010).

Estes indicadores são relevantes para que a sociedade atinja estágios mais avançados de desenvolvimento, mas existem evidências empíricas de que o processo de desenvolvimento é influenciado por outros determinantes, além dos relacionados com a dimensão econômica (Sen, 2010).

Por exemplo, a retórica do desenvolvimento sustentável (Comissão Brundtland, 1985) busca explicar o desenvolvimento adotando, além de fatores relacionados com a dimensão econômica, questões das dimensões social e ambiental.

Várias e distintas visões disputam os significados da ideia de desenvolvimento no contexto atual. Parte delas não pode ser considerada abordagens com “*status científico*” e se aproximam do que Favareto (2006) denomina de utopias de “valor ético e social”, por exemplo, a retórica do “desenvolvimento sustentável” (Comissão Brundtland, 1985) e muitos dos estudos sobre desenvolvimento acompanhado de adjetivos, como desenvolvimento humano, desenvolvimento social, local, territorial, e outros.

Como característica comum, as teorias científicas atuais sobre desenvolvimento, assim como as retóricas, fazem críticas aos rumos e resultados do processo de desenvolvimento tradicional (Favareto 2006).

Adotando a visão dos autores citados, nesta pesquisa partiu-se da premissa de que entendendo a concepção atual das ideias sobre desenvolvimento e seus adjetivos, é possível compreender, também, as adjetivações que acompanham outros substantivos de ideias correlatas, a exemplo de inovação “social”, economia “solidária”, economia “verde” ou empreendedor “social”.

Buscou-se analisar e discutir, especificamente, a relação entre a concepção atual de desenvolvimento e o construto inovação social.

Acredita-se que a abordagem de inovação relacionada com desenvolvimento pode ser um caminho alternativo ao que indica inovação tradicional e inovação social como campos de estudos distintos, como defendem os autores Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010).

Este artigo apresenta o resultado e as conclusões desta discussão e está organizado nas seguintes seções: As três mudanças de concepção sobre desenvolvimento; A concepção atual sobre desenvolvimento; A abordagem sobre inovação na literatura de desenvolvimento; Inovação social; Metodologia; Discussão; e Conclusões.

2. AS TRÊS MUDANÇAS DE CONCEPÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO

Sem a pretensão de esgotar o tema, nesta seção são abordadas as três mudanças de etapas da ideia de desenvolvimento, adotando a visão de Favareto (2006), que evidencia nas alterações os seguintes aspectos: as ideias centrais de cada etapa, as metáforas adotadas e os portadores de discursos.

O autor identifica quatro grandes etapas nos vinte e cinco séculos de evolução das concepções da abordagem de desenvolvimento. São elas: gênese, evolucionismo, crescimento, e concepção atual.

O movimento de passagem da **gênese para o evolucionismo** corresponde ao período localizado entre o século XVII até o início do século XIX.

Nesta mudança de etapa, xamãs, feiticeiros, intelectuais leigos ou religiosos, antes reconhecidos como portadores do conhecimento e explicações que esclareciam o destino de um grupo social, cedem lugar para os detentores do conhecimento que explicam o desenvolvimento utilizando as metáforas da biologia. Entre os novos portadores dos discursos sobre desenvolvimento estão os cientistas evolucionistas sociais e evolucionistas biológicos.

As metáforas biológicas são as que se consolidam como explicativas do desenvolvimento e seguem dominando até a passagem para o século XX, onde é possível perceber a mudança: **do evolucionismo para o crescimento**.

As concepções contrárias às ideias do evolucionismo foram disseminadas a partir das críticas sobre a limitação dos conhecimentos que as amparavam. As críticas surgem de pensadores de diferentes campos de disciplinas das Ciências sociais.

Para estes críticos, o conhecimento acumulado sobre a evolução das sociedades parecia limitado quando comparado aos já disponíveis nos específicos campos disciplinares de Ciências Sociais, ainda que estivessem em período de consolidação.

O distanciamento da biologia pode ser entendido como parte das estratégias de afirmação das competências dos campos disciplinares que estavam emergindo. Nesta nova mudança de etapa, as metáforas biológicas foram substituídas por metáforas sociais.

Na sequência, dentre as ciências sociais, é o campo de conhecimento da economia que assume a liderança, como portador da ideia de desenvolvimento, ganhando papel de destaque na sociedade e nas decisões de políticas de desenvolvimento.

No entanto, entre os anos 60 a 70 do século XX, já houve as primeiras críticas em relação à visão de desenvolvimento associada ao crescimento econômico, até então, considerada natural e intocável.

Nesta nova mudança de etapa das ideias sobre desenvolvimento (**do crescimento para a concepção atual**), os cientistas perderam o monopólio que assegurava exclusividade nos discursos sobre desenvolvimento e integrantes de movimentos sociais, organizações não governamentais e grupamento políticos dividiram, com os cientistas econômicos, o espaço de discussão sobre o tema. Por sua vez, os cientistas econômicos passaram a dividir com pesquisadores de outras áreas, a explicação científica sobre desenvolvimento.

A etapa onde predomina o consenso que associa desenvolvimento com crescimento, portanto, apresenta curta duração quando comparada com as outras etapas históricas. No entanto, apesar de contestada, esta ideia ainda não foi abandonada ou extinta. No senso comum, no meio político e mesmo no meio científico, a associação do desenvolvimento à geração de riqueza econômica pode ser percebida e, ainda, influencia muitas decisões.

Na fase atual, novas teorias e diversificados portadores de discursos disputam a liderança sobre a ideia de desenvolvimento, como apresentado na próxima seção.

3. A CONCEPÇÃO ATUAL SOBRE DESENVOLVIMENTO

A concepção atual sobre desenvolvimento é denominada por Favareto (2006, p. 46) de “Crise, polissemia, banalização... ciência”. No quadro 1, apresenta-se a explicação dos quatro termos adotados pelo autor.

Quadro 1 – Quatro termos que resumem a atual concepção das ideias de desenvolvimento

Termo	Explicação
Crise	Refere-se à crise do poder explicativo das ideias anteriores sobre desenvolvimento, além da perda de monopólio dos portadores do discurso. Nas últimas décadas, a interlocução sobre as ideias de desenvolvimento deixou de ser monopólio dos cientistas econômicos. Militantes de movimentos sociais, de organizações não governamentais e de grupamento políticos dividem, com os cientistas econômicos, o espaço de discussão sobre desenvolvimento e estes, por sua

	vez, dividem espaços com acadêmicos de outras disciplinas.
Polissemia	A crise, como consequência, implica na polissemia. O termo faz referência à explosão de adjetivações que passam a acompanhar o termo desenvolvimento (desenvolvimento social, humano, sustentável, incluyente, local, territorial, dentre outros).
Banalização	O termo banalização refere-se à banalização da ideia de desenvolvimento, já que muitos dos interlocutores atacam o conjunto de conhecimento acumulado sobre desenvolvimento, sem separar o repertório que pode ajudar a construir novos caminhos ou sem propor novos conhecimentos que indiquem a possibilidade de resultados mais adequados.
Ciência	O termo “ciência” representa a permanência da tentativa de reconceituação científica dos processos de desenvolvimento e representa o grupo de pesquisadores que busca identificar o conhecimento que ajuda a superar as críticas sobre o conhecimento até então produzido.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Favareto (2006)

O fim do consenso sobre a ideia de crescimento como desenvolvimento acionou a visão crítica em relação à negligência dos aspectos humanos e sociais nas teorias de desenvolvimento, afetando, também, as ideias correlatas. Por exemplo, a ideia que associa progresso com aquisição de bens materiais (Nisbet, 1985), passou a ser combatida e, nas últimas décadas, inúmeros movimentos contra o consumismo foram deflagrados em diversas partes do mundo.

Focando a negligência com a dimensão humana nas teorias de desenvolvimento, Sen (2010, p. 62) critica a ideia de que o processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições da vida humana é um “tipo de luxo que apenas os países mais ricos podem se dar”.

Sen (2010) alerta para um problema básico de metodologia de pesquisa nos estudos que relacionam desenvolvimento e crescimento econômico. O autor apresenta evidências empíricas que a industrialização e o desenvolvimento do Japão foram claramente favorecidos e são decorrentes do investimento em recursos humanos, alertando, no entanto, que, ao contrário, outros autores recorrentemente afirmam que somente depois de industrializados, é que os países desenvolvidos conquistaram os recursos necessários para o investimento em educação e saúde.

Por sua vez, Veiga (2005) alerta que as teorias de desenvolvimento tradicionais negligenciaram a dimensão ambiental. O autor estudou os países que se destacam em índices de riqueza econômica e também os que apresentam índices de desenvolvimento humano elevado, observando que nem sempre estas nações são exemplares em índices de sustentabilidade. Ao contrário, a maioria apresenta desempenhos que indicam baixa preocupação com a natureza e pouco esforço direcionado para a conservação ambiental.

Também enfatizando a dimensão ambiental, o biólogo Jared Diamond (2002) se destaca entre os autores que tratam do papel da natureza no desenvolvimento, abordando a sua influência nas escolhas humanas e, como desdobramento, as instituições que delas derivam.

Favareto (2006) observa os estudos sobre desenvolvimento e alerta para o fato de que existem poucas propostas de agendas abrangentes e quase nenhum diálogo entre as novas concepções de desenvolvimento. Permanece a abordagem disciplinar, apenas substituindo a ênfase anteriormente atribuída à dimensão econômica pela ênfase social ou ambiental.

Por exemplo, a falta de interação pode ser confirmada pela adoção de duas agendas distintas por parte dos organismos internacionais: o programa para o desenvolvimento que adota o índice de desenvolvimento humano (IDH) enfatizando o desenvolvimento relacionado com questões sociais, e o programa das nações unidas para o meio ambiente que trata da relação entre desenvolvimento e meio ambiente (Sen, 2010).

Não obstante, o conceito de desenvolvimento sustentável é assinalado por Sachs (2004) como um indutor da busca de “soluções triplamente vencedoras”, abrangendo as três dimensões do desenvolvimento (social, ambiental econômico) ao buscar eliminar o “crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais” (p.14).

O quadro 2 apresenta as três dimensões (social, econômico e ambiental) e os cinco pilares do desenvolvimento sustentável na abordagem de Sachs (2004): social, ambiental, econômico, territorial e político.

Quadro 2: Cinco pilares do desenvolvimento sustentável

Definição dos pilares
O pilar social, além da importância pelo valor intrínseco, é considerado um instrumento para evitar a “disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta”.
O pilar ambiental é abordado com duas perspectivas: os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como ‘recipientes’ para a disposição de resíduos.
O pilar territorial refere-se à distribuição espacial dos recursos, das populações e atividades.
O pilar político explica o desenvolvimento pelo grau de democracia, apresentado como um valor fundamental e um instrumento para fazer as coisas acontecerem: a liberdade faz toda diferença.
O pilar econômico, ou a viabilidade econômica, é vista como a “ <i>conditio sine qua non</i> ” para que as coisas aconteçam.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Sachs (2004, p.15).

Favareto (2006) considera que, no campo científico, as ideias de desenvolvimento sustentável ainda não estão integradas ao desenvolvimento humano. Para o autor, por exemplo, o documento da Comissão de Brundtland sobre desenvolvimento sustentável traz pouco conteúdo sobre questões sociais e as teorias de Amartya Sen, que enfatizam o desenvolvimento humano, abordam superficialmente as questões ambientais.

A ausência de diálogo é apontada por alguns autores como decorrência da formação disciplinar da maioria de portadores de discurso sobre desenvolvimento (Barbieri, 2011; Favareto, 2006).

Barbieri (2011) considera que a educação que prepara profissionais para o desenvolvimento sustentável (administradores, economistas, desenvolvedores de produtos, dentre outros) não se resolve com uma disciplina específica, mas com a inclusão da ideia em todas as disciplinas, destacando o caráter interdisciplinar da atual concepção sobre desenvolvimento.

4. A ABORDAGEM DE INOVAÇÃO NA LITERATURA DE DESENVOLVIMENTO

Anderson (1991) revisou as teorias consagradas sobre desenvolvimento associada ao crescimento econômico, condensando-as em seis vertentes explicativas: mercado, população, tecnologia, ambiental, exploração e institucional. No quadro 3 apresenta-se uma breve explanação sobre as seis vertentes.

Quadro 3 – Vertentes explicativas do desenvolvimento econômico

Vertente	Teoria
Mercado	O mercado é identificado como elemento chave para explicar o desenvolvimento. Para Anderson (1991), a teoria procede quando a livre troca passa a ser predominante, mas não explica o desenvolvimento em outros momentos históricos ou contextos.
População	A população é a variável explicativa de desenvolvimento em duas vertentes distintas: (i) Thomas Malthus (1833) que associa o aumento de população à degradação do processo de desenvolvimento, (ii) Ester Boserup (1991) que, por sua vez, explica desenvolvimento pelo crescimento demográfico, afirmando que o crescimento populacional impulsiona a criação de soluções.
Tecnologia	Schumpeter (1985) é citado como o principal autor entre os que defendem a tecnologia como variável que explica o desenvolvimento. A capacidade de criar artefatos tecnológicos é citada como a que diferencia seres humanos de animais. A teoria não explica porque alguns grupos de seres humanos avançam mais em tecnologia do que outros.
Ambiental	Os adeptos desta teoria abrem espaço para discutir desenvolvimento para além das trocas entre agentes. A natureza nesta concepção é apresentada como capaz de estabelecer dinâmicas econômicas e não como determinante histórica de desenvolvimento.
Exploração	Vertente explicativa cujo principal autor é o sociólogo Wallerstein (1974) que vê o sistema econômico global como dividido entre países que controlam a riqueza e países de onde se extraem os recursos. Peca pela semelhança com retórica descritiva
Institucional	Vertente apresentada como a mais completa. O autor expoente é Douglass North (1991) que não nega os elementos explicativos das outras teorias, superando, também, a tendência de se limitar a explicar porque uma sociedade ou nação se desenvolve e outra não. O autor parte do princípio que o desenvolvimento nem sempre é linear e pode sofrer reversos, mas que algumas sociedades ou nações desenvolvem de forma diferenciada, instituições que continuamente permitem a retomada do processo que assegura o progresso.

Fonte: baseado em Anderson (1991), Favareto (2006), Schaefer (2016).

No quadro 3, Schumpeter é citado por Anderson (1991), como o principal autor na defesa da tecnologia como elemento explicativo do desenvolvimento. Borges (2017) identifica Schumpeter como autor presente na maioria dos estudos contemporâneos sobre inovação e responsável por inaugurar o tratamento do construto como um campo de estudos a partir das suas ideias sobre desenvolvimento, capital, crédito, juros e ciclo econômico.

Nos estudos de Schumpeter (1985), inovação é definida como uma transação comercial geradora de riquezas e envolvendo uma invenção (ideia, esboço ou modelo), para um novo ou melhorado artefato, produto, processo ou sistema. O autor trata de inovação no contexto da economia capitalista, cujo processo produtivo é direcionado ao mercado.

Autores como Di Serio e Vasconcellos (2009), ao tratarem da trajetória histórica da inovação, associam as diferentes etapas de concepção de inovações, às eras econômicas. Borges (2017, p. 37) detalha esta relação: “(i) formação do padrão de exploração, com a Revolução Agrícola; (ii) regulamentação, ampliação e aperfeiçoamento de padrões tecnológicos, na Revolução Industrial; e (iii) integração, inovação e combinação dos padrões, na Revolução do Conhecimento”.

Com esta mesma concepção, Baraldi e Vico Mañas (2010) afirmam que na era industrial, a inovação foi percebida como de cunho, exclusivamente, tecnológico.

Mas, a partir da virada para o século XXI, inaugurando a era do conhecimento, o apelo à dimensão econômica das inovações tecnológicas mostrou-se estreito e incapaz de solucionar os desafios vigentes, surgindo o interesse pela inovação social, como tratado na próxima seção.

5. INOVAÇÃO SOCIAL

A primeira definição de inovação social é atribuída a George Fairweather que, em 1967, associou o construto com a geração de soluções alternativas para os problemas sociais (Horta, 2013). Desde então, concentradamente a partir de 2000, tem se proliferado ideias e definições (Borges, 2017), não havendo, no entanto, consenso na literatura (Anderson Curtis & Wittig, 2014; Borges, 2017).

Panisson, Massad e Neves (2017) analisando o interesse pelo campo de estudo inovação social a partir de 2010, a partir de pesquisa na base científica eletrônica *Scopus*, constaram que enquanto o número de publicações sobre inovação tecnológica cresceu 14%, o crescimento de publicações de inovação social foi igual a 145%, o que mostra a nova direção de avanço das pesquisas de inovação.

Frequentemente, o campo de estudo de inovação social é abordado como campo paralelo ao de inovação tecnológica, inaugurado a partir da percepção de que o desenvolvimento de tecnologias inovadoras não foi capaz de resolver os desafios globais, por exemplo, aqueles deflagrados pelas alterações climáticas, doenças e fomes crônicas ou desigualdades sociais (Murray, Caulier-Grice & Mulgan, 2010).

Os autores de inovação social costumam destacar que os principais atores envolvidos nas iniciativas relacionadas com o construto são as entidades sem fins lucrativos. A participação e o protagonismo do setor empresarial e do setor público são citados como ocasionais (Murray, Caulier-Grice & Mulgan, 2010; Borges, 2017).

Anderson, Curtis e Wittig (2014) consideram que a ausência de uma definição de inovação social amplamente aceita, gera incertezas sobre o objeto de estudo e resultados esperados, assim como cria dificuldades para a proposição de indicadores. Por exemplo, Edwards-Schachter, Matti e Alcântara (2012) apresentaram e classificaram 76 definições de inovação social, com onze dimensões de análise. O quadro 03 apresenta algumas definições extraídas de Borges (2017).

Quadro 4 – Definições de Inovação social

Autor	Ano	Definição de Inovação social
Murray, Caulier-Grice e Mulgan	2010	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.
Horta	2013	Um processo colaborativo que visa a gerar soluções duradouras que atendam às necessidades sociais de grupos, de comunidades e da sociedade em geral.
Anderson, Curtis e Wittig	2014	Novas soluções para os desafios sociais que têm a intenção e o efeito da igualdade, da justiça e empoderamento.
Borges	2017	A criação de novos conhecimentos, ou da combinação de conhecimentos existentes, por meio de um processo intencional, sistemático, planejado e coordenado, derivado da colaboração e do compartilhamento de conhecimento entre diversos atores sociais, que visa de forma sustentável, a mudança social benéfica a um coletivo.

Fonte: Autores adaptado de Borges (2017)

Anderson, Curtis e Wittig (2014), analisando um conjunto bem amplo de diferentes definições de inovação social, consideram que é possível identificar autores que abordam o tema adotando desde o quadro teórico de inovação na sua acepção geral, até ideias que se desenvolvem associadas exclusivamente ao quadro teórico das ciências sociais. No entanto, predominantemente, inovação social é associada ao atendimento de necessidades sociais, resultados que priorizam a justiça social e em campo paralelo de estudos.

6. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste estudo teórico e qualitativo, inicialmente, foi utilizado o procedimento técnico de pesquisa bibliográfica sobre os dois objetos de estudos: desenvolvimento e inovação social.

A fundamentação teórica adotada neste estudo se configura como uma fundamentação teórico-empírica em que os autores abordam e apresentam teorias relacionadas com o problema de pesquisa, diferentemente de uma fundamentação integrativa, onde se apresentam sumários de pesquisas passadas (Cooper, 1984).

Na construção das referências teóricas sobre desenvolvimento optou-se por não abordar o percurso teórico preferindo, de forma breve e resumida, destacar as mudanças de etapas nos alicerces das ideias de desenvolvimento, as metáforas explicativas envolvidas e os agentes portadores dos discursos, tomando-se como base, a revisão bibliográfica do estudo elaborada por Favareto, em 2006.

Posteriormente, o referencial foi submetido à análise, com a finalidade de compor um arranjo relacionando, historicamente, os dois construtos (desenvolvimento e inovação) e, especificamente, a atual concepção de desenvolvimento e o construto inovação social.

O estudo desenvolvido fundamentou-se no aporte teórico, mas também foi influenciado por reflexões e experiências do processo de pesquisa experimentado pelos autores que integram o grupo de pesquisa denominado Núcleo de Inteligência, Gestão e Tecnologias para a Inovação – IGTI do Programa de pós-graduação em Engenharia e gestão do conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

7. DISCUSSÃO E RESULTADOS

No quadro 3 foram apresentadas seis categorias de teorias explicativas sobre desenvolvimento. Uma das vertentes é a denominada tecnologia, cujo principal autor é Schumpeter, primeiro teórico a tratar inovação como um campo de estudo.

A categorização proposta por Anderson (1991) permite identificar a relação entre desenvolvimento e inovação, e o contexto no qual estas ideias se relacionam: desenvolvimento é o mesmo que crescimento econômico, a economia predominante é a de mercado, os portadores de discurso sobre desenvolvimento são os economistas, e inovação é sinônimo de inovação tecnológica.

As categorias propostas por Anderson (1991), no entanto, evidenciam que nem todos os pesquisadores desse contexto entendem que o grau de tecnologia e, portanto, de inovação,

é o principal fator explicativo do nível de desenvolvimento de determinado grupo ou nação. Para alguns deles, o grau de inovação é uma consequência do grau de desenvolvimento econômico ou do ambiente favorável percebido em um grupo ou nação. Esta diferença de premissa tende a impactar as prioridades de decisões e políticas que visam promover inovação.

O quadro 3, no entanto, apresenta apenas a visão dos teóricos que explicam o desenvolvimento pela dimensão econômica. Como será que os teóricos não contemplados no quadro 3 abordam inovação?

Considerando o alerta de Favareto (2006) sobre a ausência de diálogo entre as teorias científicas de desenvolvimento, pode-se inferir que estes autores não destacam nos seus estudos, o papel da inovação. Como de fato, analisando o livro de Sen (2010), constata-se que não existe menção ao papel da inovação no processo de desenvolvimento e nem referências aos estudos de Schumpeter.

Analisando especificamente o referencial teórico sobre inovação social, identifica-se que o surgimento do construto é apresentado como uma crítica à abordagem tradicional de inovação (que é tratada como um sinônimo de inovação tecnológica) e associado a uma nova era econômica (sociedade do conhecimento denominada, assim, porque o conhecimento passa a ser visto como o principal recurso).

Foi possível identificar que os pesquisadores de inovação social não costumam justificar o acréscimo do adjetivo social, como a distinção adotada para associar inovação às novas e abrangentes concepções sobre desenvolvimento, contemplando, portanto, inovações que integrem as dimensões econômica, social e ambiental.

A adjetivação social mais frequentemente é utilizada para delimitar o campo de estudo de inovação e mudar interlocutores ao invés de incluir novos.

Adotando-se a visão de Nasbit (1985) e considerando-se inovação como uma ideia correlata ao desenvolvimento, a tendência de abordar inovação tecnológica e social como campo de estudos paralelos pode ser interpretada como consequência da crise provocada pela mudança na concepção das ideias sobre desenvolvimento. Adotando-se, também, os quatro termos apresentados no quadro 01, pode-se considerar que o conhecimento sobre inovação está em ‘crise’ com o impacto da ‘polissemia’ e da ‘banalização’ terminológica, como ocorre também com o conhecimento sobre desenvolvimento.

As teorias e práticas de inovação, quando construídas, focaram prioritariamente o mercado: as inovações direcionadas para o mercado eram percebidas como principal e único “meio” para se atingir estágios mais avançados de desenvolvimento.

Na atual concepção de desenvolvimento, no entanto, outros “meios” são sinalizados como condutores do desenvolvimento. Parte destes “meios” coincide com o que antes era considerado inovação com objetivos altruístas ou inovação que atende necessidades sociais (Sen, 2010).

A partir do referencial teórico, pode-se considerar que, atualmente, priorizar estes novos “meios” não significa atender “necessidades sociais”, ainda que os dois objetivos guardem expressiva área de interseção.

É possível considerar que o campo de estudo de inovação no contexto atual vem sendo demandado a avançar o conhecimento direcionado para solucionar problemas coletivos e sociais, visão que se diferencia do entendimento de que existem dois campos de estudos para inovação, interferindo, especialmente, nos portadores de discurso.

Conforme apresentado no referencial teórico, sob a denominação inovação social, o debate sobre inovação minimiza a participação do ator público e tradicionais interlocutores da área da dimensão econômica. Em direção diferente, a concepção de inovação associada com desenvolvimento, sinaliza a necessidade de integrar ao debate sobre inovação, além dos tradicionais portadores de discurso, pesquisadores da área social e ambiental.

8. CONCLUSÃO

Esta pesquisa inicialmente identificou a relação entre desenvolvimento e inovação, a partir da análise da trajetória das ideias de desenvolvimento. Na sequência, relacionou inovação social com a atual concepção de desenvolvimento.

A luz do que foi estudado, foi possível considerar o adjetivo social que acompanha o substantivo inovação, como adotado para sinalizar a superação da ideia de que as teorias e práticas de inovação interessavam somente ao mercado.

Considera-se, no entanto, que o adjetivo social, não obstante o papel didático de marcar diferença, pode não contribuir para a construção do conhecimento interdisciplinar sobre inovação (dimensão econômica, social e ambiental), que é necessário para que grupos, organizações, regiões ou nações alcancem estágios mais avançados de desenvolvimento.

Adotando a visão de que inovação tecnológica e inovação social são campos de estudos diferentes, pode-se considerar que é necessário outro campo de estudo da inovação, que integre as três dimensões do desenvolvimento ou os cinco pilares do que, hoje, é denominado desenvolvimento sustentável, assegurando a integração de interlocutores.

A análise do referencial permitiu considerar que os teóricos de desenvolvimento e suas ideias correlatas (inclusive inovação), devem trabalhar na ampliação e na integração das ideias ao invés de, exclusivamente, seguir o conhecimento produzido pelos novos campos de estudos derivados das adjetivações como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, economia verde, economia criativa, inovação social, entre outros.

Nesta direção, considera-se que as teorias e práticas desenvolvidas na gestão do conhecimento, pela experiência em superar barreiras disciplinares e lições aprendidas, podem contribuir para assegurar debates interdisciplinaridades relacionados com inovação, a exemplo do que ocorre com o conceito de criação de valor no contexto atual.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de apoio ao doutorado.

REFERÊNCIAS

- Anderson, J. L. (1991). *Explaining long-term economic change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Anderson, T., Curtis, A., & Wittig, C. (2014). *Definition and theory in social innovation*. Krems, Austria: Danube University.
- Baraldi, A., & Vico Mañas, A. (2010). Principais contribuições das teorias das organizações para as empresas com estratégia em inovação. *Congresso virtual brasileiro de administração* (7), 1-14.
- Barbieri, J. C., & Da Silva, D. (2011). Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *Revista de Administração Mackenzie*, 12(3).
- Borges, M. A. (2017). *Dinâmica das parcerias intersetoriais em iniciativas de inovação social: da descrição à proposição de diretrizes*. (Tese). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.
- Boserup, E. (1991). Agricultural growth and population change. In *The World of Economics* (pp. 1-14). Palgrave Macmillan, London.
- Brundtland, Comissão. (1987). *Nosso Futuro Comum, Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável*.
- Cooper, H. (1984). *The Integrative Research Review: A Systematic Approach*. Beverly Hills: Sage.
- Diamond, J. (2005). *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. São Paulo.

- Di Serio, L. C., & Vasconcellos, M. D. (2009). *Estratégia e competitividade empresarial: inovação e criação de valor*. Saraiva.
- Edwards-Schachter, M. E., Matti, C. E., & Alcántara, E. (2012). Fostering quality of life through social innovation: A living lab methodology study case. *Review of Policy Research*, 29(6), 672-692.
- Favareto, A. D. S. (2006). *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial*. Tese. Universidade de São Paulo.
- Horta, D. M. O. (2013). *As especificidades do processo de difusão de uma inovação: da propagação inicial à resignificação*. Tese (doutorado em administração). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS.
- Jacobs, J. (2001). *A natureza das economias*. Via Lettera Editora e Livrar.
- Jacobs, J. (1985). *Cities and the wealth of nations: Principles of economic life*. Vintage.
- Malthus, T. R. (1983). *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Abril Cultural, 328.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation*. London: National endowment for science, technology and the art.
- Nisbet, R. (1985). *História da ideia de progresso*. Brasília: Ed. UnB.
- North, D. C. (1991). Institutions. *Journal of economic perspectives*, 5(1), 97-112.
- Panisson, C., Massad, D. & Neves, M. L. (2017). *Inovação social: histórico e conceitos basilares nos Continentes Africanos, Asiático e Oceania*. Empreendedorismo e inovação social. Ed. Florianópolis: Pandio, 79-112.
- Schaefer, Richard T. (2016). *Fundamentos de Sociologia-6ª Edição*. McGraw Hill Brasil.
- Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Editora Garamond.
- Schumpeter, J. (1985). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural.
- Sen, A., Motta, L. T., & Mendes, R. D. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (Vol. 11). São Paulo: Companhia das Letras.
- Veiga, J. E. (2005). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Editora Garamond.
- Wallerstein, I., Leite, C., Martins, F., & de Lisboa, J. (1974). *O sistema mundial moderno*. Edições Afrontamento.